

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

Edição Quadrimestral | volume 1 | edição nº 1 | 2012

*Ensaio IV: Um plano para uma Paz
Universal e Perpétua*

Jeremy Bentham

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

Ensaio IV: Um plano para uma Paz Universal e Perpétua

Jeremy Bentham¹

Resumo: Ensaio IV de Jeremy Bentham: Um plano para Uma Paz Universal e Perpétua (publicado em 1843) – Texto extraído do Vol. 2. do *The Works of Jeremy Bentham*, editado por John Bowring. Esta constitui junto com o *the Collected Works of Jeremy Bentham*, as duas coletâneas de trabalhos das obras de Bentham. A primeira, *The Works*, sendo a mais antiga de (1843) e a segunda a mais recente e com textos críticos a respeito da obra do autor que faz parte do “Projeto Bentham”, iniciado em 1968, encabeçado pela UCL (*University College London*), para reconstruir a obra do autor a partir de seus manuscritos. A seguir apresenta-se tradução do ensaio IV do Vol. 2 retirado do *The Works of Jeremy Bentham*.

Palavras-Chave: Paz universal, paz perpétua, Jeremy Bentham, ensaio IV.

Essay IV – A Plan for an Universal and Perpetual Peace

Abstract: Essay IV by Jeremy Bentham: A Plan For an Universal and Perpetual Peace (published in 1843) – obtained from *The Works of Jeremy Bentham*, Vol. 2., edited by John Bowring. Along with *the Collected Works of Jeremy Bentham*, they form a Jeremy Bentham Study Collection. The first, *The Works*, is the oldest, written in 1843, the second, *the Collected Works of Jeremy Bentham*, is the most recent and contains a critic work about the author’s study, part of the “Bentham Project”, created in 1968 to reconstruct his works from his manuscripts, managed by UCL (*University College London*). The following pages present the Essay IV, vol. 2, translated, extracted from *The Works of Jeremy Bentham*.

Keywords: Universal peace, perpetual peace, Jeremy Bentham, essay IV.

¹ Jeremy Bentham (15 de fevereiro de 1748 – 6 de junho de 1832) foi um filósofo e jurista inglês. Juntamente com John Stuart Mill e James Mill, difundiu o utilitarismo, teoria ética que responde todas as questões acerca do que fazer, do que admirar e de como viver, em termos da maximização da utilidade e da felicidade. A tradução desse presente trabalho é de autoria da tradutora Maria Cristina Longo Cardoso Dias e do co-tradutor José Ignácio Coelho Mendes Neto.

ENSAIO IV – UM PLANO PARA UMA PAZ UNIVERSAL E PERPÉTUA *

Jeremy Bentham

- 1) O objeto do presente ensaio é oferecer ao mundo um plano para uma paz universal e perpétua. O globo é a área de abrangência à qual o autor aspira como local de análise – a imprensa é a ferramenta, e a única que ele emprega – e a morada da humanidade é o teatro de suas intrigas.
- 2) Os mais felizes da humanidade são sofrendores na guerra; e os mais sábios, o que digo, até os menos sábios são sábios o suficiente para atribuir o cerne de seus sofrimentos a essa causa.
- 3) O seguinte plano tem por sua base duas proposições fundamentais: 1) a redução e fixação da força das diversas nações que compõem o sistema europeu; 2) a emancipação das dependências distantes² de cada Estado*. Cada uma dessas proposições tem suas próprias vantagens, mas nenhuma delas, como se verá, atenderia completamente a seu propósito sem a outra.
- 4) Quanto à utilidade de tal paz universal e duradoura, supondo-se um plano praticável para esse propósito e provável de ser adotado, só pode haver uma única voz. A objeção, e a única objeção a isso, é sua aparente impraticabilidade – que ele é não somente impossível, mas em tal grau que qualquer proposta nesse sentido merece o nome de visionária e ridícula. Devo empenhar-me, em primeiro lugar, em remover essa objeção, pois a remoção desse preconceito pode ser necessária para angariar audiência para o plano.
- 5) O que pode servir melhor à preparação da mente humana para a recepção de tal proposta do que a apresentação da própria proposta?
- 6) Que não seja objetado que os tempos não estão maduros para tal proposta: quanto menos maduros estão, mais cedo deveríamos começar a fazer o que pode ser feito para amadurecê-los, e tanto mais deveríamos fazer para amadurecê-los. Uma proposta dessa espécie é uma dessas coisas que não podem vir nem muito cedo nem muito tarde.

* Publicado em 1843. Texto extraído do vol. 2 do *The Works of Jeremy Bentham*, editado por John Bowring. Esta constitui junto com *The Collected Works of Jeremy Bentham*, as duas coletâneas de trabalhos das obras de Bentham. A primeira, *The Works*, sendo a mais antiga (de 1843), e a segunda a mais recente e com textos críticos a respeito da obra do autor, que faz parte do projeto Bentham encabeçado pela UCL (*University College London*) para reconstruir a obra do autor a partir de seus manuscritos, a qual teve início em 1968. A seguir apresenta-se tradução do ensaio IV do vol. 2, retirado do *The Works of Jeremy Bentham*. Tradutora: Maria Cristina Longo Cardoso Dias. Co-Tradutor: José Ignácio Coelho Mendes Neto. Agradecemos ao DCPE, ao CCRI e à Unidade da FFC-Unesp-Marília pelos auxílios em apoio à tradução deste texto. O texto original se encontra em <http://perpetualpeaceproject.org/resources/bentham.php>.

² Note que o termo dependências distantes (*distant dependencies*) foi preferido ao termo colônia, devido ao fato do autor usar o termo *colonies* em outras partes do texto, embora reconheça-se que a diferença de sentido não deva ser muito significativa. É importante notar, também, que todas as notas ao longo do texto são notas do tradutor. As notas ao final do texto são notas de Bentham, conforme foi preservado do original da edição de Bowring de 1843.

7) Quem, entre aqueles que levam o nome de cristãos, pode recusar o auxílio de suas preces? Que púlpito pode recusar-se a secundar-me com sua eloquência? Católicos e protestantes, homens da Igreja da Inglaterra e dissidentes, todos podem concordar com isso, embora em tudo o mais discordem. Conclamo-os todos a ajudar-me com sua aprovação e apoio.

8) As páginas que seguem são dedicadas ao bem comum de todas as nações civilizadas, mas mais particularmente da Grã-Bretanha e da França.

9) O fim em vista é recomendar três grandes objetivos: simplicidade de governo, parcimônia nacional e paz.

10) A reflexão satisfaz-me quanto à verdade das seguintes proposições:

I. Que não é do interesse da Grã-Bretanha ter qualquer dependência³ estrangeira.

II. Que não é do interesse da Grã-Bretanha ter qualquer tratado de aliança, ofensivo ou defensivo, com qualquer outra potência.

III. Que não é do interesse da Grã-Bretanha ter qualquer tratado com qualquer potência com a finalidade de obter quaisquer vantagens relativas ao comércio que provoquem a exclusão de qualquer outra nação.

IV. Que não é do interesse da Grã-Bretanha manter qualquer força naval além do que pode ser suficiente para defender seu comércio contra piratas.

V. Que não é do interesse da Grã-Bretanha manter quaisquer regulamentos de preparo distante para o aumento ou manutenção de sua força naval, tais como a Lei de Navegação, os incentivos ao comércio da Groenlândia e outros ofícios tidos como fomento dos marinheiros.

VI. VII. VIII. IX. & X. Que todas essas proposições também são verdadeiras para a França.

11) No que tange à Grã-Bretanha, eu apoio a prova dessas diversas proposições principalmente em dois princípios muito simples:

i. Que o aumento da riqueza crescente em cada nação num dado período é necessariamente limitado pela quantidade de capital que ela possui nesse período.

ii. Que a Grã-Bretanha, com ou sem a Irlanda e sem qualquer outra dependência, não pode ter nenhum motivo razoável para temer dano por parte de qualquer nação da Terra.

12) Quanto à França, substituo a última das duas proposições mencionadas pela seguinte:

³ Note que aqui dependência, provavelmente, tem o sentido de colônia e isto pode ser assim interpretado sempre que aparecer este termo ao longo do texto.

iii. Que a França, tomada isoladamente, não tem, no momento, nada a temer de nenhuma outra nação a não ser a Grã-Bretanha; nem, se privada de suas dependências estrangeiras, teria ela algo a temer da Grã Bretanha.

13) XI. Que, supondo a Grã-Bretanha e a França plenamente de acordo, as principais dificuldades seriam removidas para o estabelecimento de um plano de pacificação geral e permanente para toda a Europa.

14) XII. Que, para a manutenção de tal pacificação, tratados gerais e perpétuos podem ser firmados, limitando o número de tropas a serem mantidas.

15) XIII. Que a manutenção de tal pacificação pode ser consideravelmente facilitada pelo estabelecimento de uma corte judicial comum para a solução das desavenças entre as diversas nações, embora tal corte não deva ser armada com nenhum poder coercitivo.

16) XIV. Que o sigilo nas operações do ministério de negócios estrangeiros não deve ser tolerado na Inglaterra, por ser totalmente inútil e igualmente repugnante aos interesses da liberdade e da paz.

17) Proposição I – Que não é do interesse da Grã-Bretanha ter quaisquer dependências estrangeiras.

18) A verdade dessa proposição aparecerá se considerarmos:

1º) que dependências distantes aumentam as chances de guerra:

1. pelo aumento do número de possíveis objetos de controvérsia;
2. pela obscuridade natural do título no caso de novas colonizações ou descobertas;
3. pela notável obscuridade das provas resultante da distância;
4. pelo fato dos homens preocuparem-se menos com as guerras quando seu palco é distante do que quando é mais próximo de casa;

2º) que colônias são raramente, se forem, fontes de lucro para a metrópole.

19) A atividade lucrativa tem cinco ramos: 1. produção de novas matérias, incluindo agricultura, mineração e pesca; 2. manufatura; 3. comércio interno; 4. comércio exterior; 5. comércio de transporte. Como o volume da atividade lucrativa que pode ser realizada num país é limitado pelo volume do capital de que o país pode dispor, segue-se que nenhuma parcela desse volume pode ser aplicada em um dos ramos sem que seja retirada de outro ramo ou negada a todos os outros ramos. Nenhum incentivo, portanto, pode ser dado a qualquer ramo de atividade sem que seja um desincentivo proporcional a todos os outros. Nada pode ser feito pelo governo para induzir um homem a começar ou continuar a empregar seu capital em qualquer um desses ramos, sem que isso o induza no mesmo grau a retirar esse capital de ou negá-lo a todos os restantes. Desses

cinco ramos, nenhum é mais benéfico para o público do que os restantes a tal ponto que valeria a pena convocar os poderes legislativos para proporcionar-lhe uma vantagem. Porém, se houvesse algum, seria inquestionavelmente a melhoria e o cultivo da terra. Todo incentivo fictício a qualquer um desses ramos rivais seria um desincentivo proporcional à agricultura. Todo incentivo a qualquer um desses ramos manufatureiros que produzem artigos vendidos atualmente às colônias é um desincentivo proporcional à agricultura.

20) Quando se tenta provar que as colônias são benéficas para a metrópole e procura-se estimar o montante do benefício, o modo como a estimativa é feita é bastante curioso. Faz-se um balanço daquilo que elas exportam, o que é quase toda a produção da colônia. Tudo isso, diz-se, enquanto você tiver as colônias, é seu; isso é exatamente o que você perderá se perder suas colônias. Mas quanto disso é realmente seu? Nem um centavo. Quando elas deixam você tomar os seus produtos, elas os dão a você por nada? Evidentemente não, elas fazem você pagar por eles, assim como qualquer um faria. E quanto? Exatamente o que você pagaria se elas pertencessem a elas mesmas ou a qualquer outra metrópole.

21) Há várias razões confessas para manter as colônias, além de outras que não são confessas. Das razões confessas, a principal, de longe, é o benefício do comércio. Se as colônias não estivessem subjugadas à metrópole, elas não comerciariam com esta última; elas não comprariam nenhum produto da metrópole, nem deixariam a metrópole comprar nenhum dos seus produtos, ou pelo menos, a metrópole não poderia ter certeza disso; se elas estivessem sujeitas a outra metrópole, elas não o fariam, pois as colônias de outras nações, não são autorizadas a comerciar com uma metrópole alheia. Desistir das colônias é o mesmo que desistir do comércio realizado com as colônias⁴. Mas não, nós não desistimos disso, nós não desistimos de nada. O comércio com as colônias não pode, assim como o comércio com qualquer outro lugar, ser realizado sem capital. O montante de capital empregado no comércio com as colônias não é empregado em outros lugares, e o mesmo montante é negado ou tirado de outros comércios.

22) Suponhamos, então, que algum ramo do comércio ou manufatura decline – suponhamos até que se extinga totalmente – será essa uma perda permanente para a nação? Nem um pouco. Sabemos o pior que pode advir de tal perda: o capital que teria sido empregado nesse ramo extinto será empregado na agricultura. A perda das colônias, se a perda do comércio com as colônias fosse a consequência da perda das colônias, seria, na pior das hipóteses, um ganho para a agricultura.

23) Outras razões contra a dominação distante podem ser encontradas na consideração do bem do governo. Males distantes causam pouca impressão naqueles de quem depende a sua solução. Um único assassinato cometido em Londres causa mais impressão do que se milhares de assassinatos e outras crueldades fossem cometidas nas Índias Orientais. A situação de Hastings, apenas porque ele estava presente, suscitou compaixão naqueles que ouviram os detalhes das crueldades cometidas por ele com indiferença.

⁴ Neste trecho optou-se por preservar o presente do indicativo de acordo com o correspondente no original, mesmo tendo em vista que Bentham apenas usa esse tempo verbal como recurso retórico no período que segue: “Desistir das colônias é o mesmo que desistir do comércio”. Ora, mas o autor prova que desistir das colônias não incorre em prejuízo comercial.

24) A denúncia de injustiças tem de ser o mais rápida possível entre aqueles que as sofrem e aqueles que têm o poder de corrigi-las. A razão pela qual, nas velhas injunções, o rei recebe a incumbência de interferir para conceder auxílio é a verdadeira causa que, originalmente, deu origem a essa interferência – e é uma das poucas verdades que lograram abrir caminho através da espessa nuvem de mentiras e absurdos que elas contêm. “Veja o que é que essas pessoas querem”, diz o soberano aos ministros da justiça, “para que eu não precise mais ser incomodado pelo seu ruído”. O motivo atribuído ao juiz injusto no Evangelho é o motivo que o soberano, denominado fonte de justiça, é levado assim a aprovar.

25) Logo, as medidas finais que devem ser perseguidas são as seguintes:

1. Desistir de todas as colônias.
2. Não fundar novas colônias.

26) Segue um resumo dos motivos para desistir de todas as colônias:

i. Interesse da metrópole.

1. Economizar o custo dos estabelecimentos civis e militares.
2. Evitar o perigo da guerra: 1. por forçar a obediência das colônias; 2. decorrente da inveja gerada pelo poder aparente que elas conferem.
3. Economizar o custo de defendê-las em caso de guerra por outras razões.
4. Livrar-se dos meios de corrupção oferecidos pelo preenchimento dos cargos: 1. dos seus estabelecimentos civis; 2. da força militar empregada na sua defesa.
5. Simplificar todo o quadro de governo e tornar assim o manejo competente dos negócios de governo mais acessível: 1. aos membros da administração; 2. à população*.

27) O estoque de inteligência nacional é deteriorado pelas noções falsas que devem ser entretidas para impedir que a nação abra os olhos e milite pela libertação das colônias.

28) Por outro lado, o mau governo aflige a metrópole por causa da complicação de interesses, da confusão de visões e do consumo de tempo ocasionados pelo fardo das dependências distantes.

29) ii. Interesse das colônias.

Diminuir a chance de mau governo resultante de: 1. interesses opostos; 2. ignorância.

30) Os verdadeiros interesses da colônia devem ser sacrificados em prol dos interesses imaginários da metrópole. É com a intenção de governá-la mal, e com nenhuma outra, que se deseja obter ou manter uma colônia. Governe-a bem, e ela não terá nenhuma utilidade para você.

Governe-a tão bem quanto os seus habitantes o fariam por si mesmos, e você terá que escolher para governar aquele que eles mesmos escolheriam. Você não deve sacrificar nenhum dos interesses deles em prol dos seus, você deve dedicar tanto tempo e atenção aos interesses deles quanto eles mesmos fariam. Em suma, você tem que tomar exatamente as medidas que eles próprios tomariam, e nenhuma outra. Mas isso é governar? E de que valeria para você se fosse?

31) Afinal, seria impossível para você governá-los tão bem quanto eles mesmos se governariam, devido à distância[†].

32) Seguem-se medidas de aproximação:

1. Não manter nenhuma força militar em qualquer das colônias.
2. Não destinar dinheiro algum à manutenção de qualquer estabelecimento civil em qualquer das colônias.
3. Preencher os cargos nas colônias enquanto o permitirem – ceder assim que contestarem tal indicação.
4. Dar instruções gerais aos governadores para consentir com todos os atos apresentados a eles.
5. Não destinar dinheiro algum às fortificações.

33) Proposição II – Que não é do interesse da Grã-Bretanha ter qualquer tratado de aliança, ofensivo ou defensivo, com qualquer outra potência.

34) Razão: evitar o perigo de guerra decorrente deles.

35) Mais especificamente, a Grã-Bretanha não deve garantir constituições estrangeiras.

36) Razão: evitar o perigo de guerra resultante do ódio contra tal medida tirânica.

37) Proposição III – Que não é do interesse da Grã-Bretanha ter qualquer tratado com qualquer potência com a finalidade de obter quaisquer vantagens relativas ao comércio que provoquem a exclusão de qualquer outra nação.

38) O fato de que o comércio de cada nação é limitado pelo volume de capital é tão evidentemente e obviamente verdadeiro que pode reivindicar um lugar entre as proposições auto-evidentes. Contudo, não se deve esperar que as proposições auto-evidentes sejam facilmente admitidas se suas conseqüências se chocarem com paixões predominantes e preconceitos arraigados, se admitidas.

39) Nações são compostas de indivíduos. O comércio de uma nação deve ser limitado pelas mesmas causas que limitam o comércio individual. Cada mercador individual, quando pratica tanto comércio quanto tem de capital e de crédito que ele pode conseguir por meio do seu capital

bastam para continuar o comércio, não pode ir além disso. Assim como isso é verdade para cada mercador, não é menos verdade para o conjunto completo dos mercadores.

40) Muitos livros reconhecem diretamente a proposição de que o volume de comércio que uma nação efetuar é limitado – limitado pelo volume do seu capital. Ninguém contesta essa proposição; mas quase todos, em algum lugar ou em outro, agem com base na suposição oposta: eles supõem que o volume de comércio não possui nenhuma limitação.

41) É tolo comprar bens manufaturados, e sábio comprar matérias-primas. Por que? Porque você⁵ as vende manufaturadas para si mesmos, ou, o que é ainda melhor, para estrangeiros, e o lucro do manufator vem todo para você. O que se esquece aqui é que o manufator, para dar continuidade ao seu negócio, precisa ter um capital, e que esse tanto de capital que é empregado dessa maneira não pode ser empregado de qualquer outra maneira.

42) Disso decorre a perfeita inutilidade e nocividade de todas as leis e medidas públicas do governo para o pretense estímulo ao comércio – todos os incentivos de todas as formas, todos os acordos de não-importação e compromissos de consumir produtos manufaturados nacionais preferencialmente aos estrangeiros – de qualquer ponto de vista que não seja proporcionar alívio temporário para uma dificuldade temporária.

43) Contudo, das duas – proibições e incentivos – estímulos penais e remuneratórios – os últimos são, sem comparação, os mais danosos. Proibições, exceto quando são recentes e desviam a grande custo os homens das atividades em que estão envolvidos, são sem valor. Incentivos são dispendiosos e opressivos: eles transferem forçadamente recursos de um homem para pagar outro homem por efetuar uma troca pela qual, se não fosse feita com perda, não haveria necessidade de pagá-lo.

44) Mas então todos os modos da indústria⁶ produtiva assemelham-se? Não poderia ser um mais produtivo que outro? Certamente. Mas será que o favorito é, de fato, mais lucrativo que qualquer outro? Essa é a pergunta e a única pergunta que deveria ser feita, e exatamente a pergunta que ninguém nunca pensa em fazer.

45) Se essa pergunta fosse feita e respondida, e respondida com toda clareza, ela nunca poderia ter qualquer utilidade como base para um plano permanente de política. Por quê? Porque assim que um ramo da economia é sabidamente mais lucrativo que o restante, ele logo deixa de sê-lo. Homens precipitam-se sobre ele vindos de todos os outros ramos, e o velho equilíbrio é rapidamente restaurado. Seus comerciantes possuem um monopólio contra os estrangeiros? É verdade, mas eles não têm monopólio um contra o outro. Os homens não podem, em todos os casos, abandonar o ramo menos produtivo em que seus capitais já estão investidos, para

⁵ Preservou-se o original *you* (você), mas tenha-se em vista que o autor refere-se ao sentido de nação. Por isso, é possível que a nação venda para si mesma.

⁶ Bentham refere-se à indústria no sentido amplo da palavra que engloba todos os cinco ramos da atividade produtiva, a saber: manufatura, novos materiais (como pesca, minerais e agricultura), comércio interno, comércio externo e comércio de transporte.

lançarem-se nesse ramo mais produtivo? É verdade – mas há jovens iniciantes assim como veteranos, e a primeira preocupação de um jovem iniciante que possui capital para empregar num ramo da indústria é ficar atento ao mais lucrativo.

46) Objeção: Oh! Mas é a manufatura que cria a demanda pelos produtos da agricultura. Não é possível, portanto, aumentar a produção da agricultura senão aumentando as manufaturas. Não é nada disso. Admito o antecedente, mas nego o conseqüente. Um aumento das manufaturas certamente cria um aumento na demanda pelos produtos da agricultura. É igualmente certo que um aumento das manufaturas não é necessário para produzir um aumento dessa demanda. Os agricultores podem subsistir sem laços, tules ou cambraia fina. Os tecelões de laços, tules e cambraias finas não podem subsistir sem os produtos da agricultura: a subsistência necessária nunca perde seu valor. Aqueles que a produzem são eles mesmos um mercado para seu produto. É possível que os víveres fiquem baratos demais? Há algum perigo atual de que isso ocorra? Suponhamos (apesar do extremo absurdo da suposição) que os víveres se tornassem gradualmente baratos demais, devido ao aumento da quantidade produzida e à falta de manufatores para consumi-los – qual seria a conseqüência disso? A barateza crescente aumentaria a facilidade e disposição para o casamento, o que aumentaria então a população do país, e as crianças assim geradas, ao comer para crescer, conteriam esse terrível mal da superabundância de víveres.

47) Os víveres, produto da agricultura, produzem constantemente e necessariamente um mercado para si. Quanto mais víveres um homem cultiva, acima e além do que é necessário para seu próprio consumo, mais ele tem para dar aos outros, para induzi-los a provê-lo daquilo que ele escolha ter além dos víveres. Em suma, quanto mais ele tem de sobra, mais ele tem para dar aos manufatores. Estes, tomando-o dele e pagando-o com o produto do seu trabalho, fornecem o estímulo necessário para a produção dos frutos da agricultura.

48) É impossível, portanto, que haja excesso de agricultura. É impossível, enquanto houver solo não cultivado ou solo que possa ser melhor cultivado do que é, que advenha qualquer prejuízo para a comunidade de se negar capital a ou retraí-lo de qualquer outro ramo da indústria e empregá-lo na agricultura. É impossível, portanto, que a perda de qualquer ramo do comércio seja causadora de qualquer prejuízo para a comunidade, excetuando-se sempre o infortúnio temporário sofrido pelos indivíduos envolvidos naquele momento, quando tal declínio é repentino.

49) Seguem-se as medidas cujo cabimento resulta dos princípios acima:

1. Que não se faça nenhum tratado para conceder preferências comerciais.
2. Que não se deflagre nenhuma guerra para impor tais tratados.
3. Que não se contraia nenhuma aliança com vistas a firmá-los.
4. Que não se dê nenhum incentivo para ramos específicos do comércio, por meio de:
 - (1.) Proibição de manufaturas rivais.

(2.) Taxação de manufaturas rivais.

(3.) Incentivos* ao comércio que se visa favorecer.

5. Que não se firme nenhum tratado para assegurar preferências comerciais.

Eles são inúteis, uma vez que não acrescentam nada à massa da riqueza, mas apenas influenciam sua direção.

50) Proposição IV – Que não é do interesse da Grã-Bretanha manter qualquer força naval além daquela suficiente para defender seu comércio contra piratas.

51) Isso é desnecessário, exceto para a defesa das colônias ou para fins de guerra, movida ora para impor comércio, ora para firmar tratados comerciais⁷.

52) Proposição V – Que não é do interesse da Grã-Bretanha manter quaisquer regulamentos de preparo distante para o aumento ou manutenção de sua força naval, tais como a Lei de Navegação, os incentivos ao comércio da Groenlândia e outros ofícios tidos como fomento dos marinheiros.

53) Esta proposição é uma consequência necessária daquela que precede.

54) As proposições VI, VII, VIII, IX & X.

55) Proposições semelhantes às precedentes são igualmente verdadeiras quando aplicadas à França.

56) Proposição XI – Que, supondo a Grã-Bretanha e a França plenamente de acordo, as principais dificuldades seriam removidas para o estabelecimento de um plano de pacificação geral e permanente para toda a Europa.

57) Proposição XII – Que, para a manutenção de tal pacificação, tratados gerais e perpétuos podem ser firmados, limitando o número de tropas a serem mantidas[†].

58) Se fosse considerada a simples relação de uma nação isolada com outra nação isolada, talvez o problema não seria muito difícil. O infortúnio é que, em quase todo lugar, encontram-se relações complexas. Quanto ao assunto das tropas, a França diz à Inglaterra: sim, eu faria voluntariamente com você um tratado de desarmamento, se houvesse apenas você, mas é necessário que eu tenha tropas para defender-me dos austríacos. A Áustria pode dizer o mesmo à

⁷ Parece-me que o autor está dizendo que uma força naval mais robusta seria necessária nesses dois casos (defesa das colônias e guerra comercial), mas que, como essas duas hipóteses foram excluídas, a tal marinha reforçada é desnecessária.

França, mas é necessário proteger-se contra a Prússia, a Rússia e a Porta⁸. E a mesma alegação pode ser feita pela Prússia no que concerne à Rússia.

59) Quanto às forças navais, se dissessem respeito apenas à Europa, a dificuldade poderia talvez não ser considerável. Caso considerasse a França, a Espanha e a Holanda em conjunto como um contrapeso ao poderio da Grã-Bretanha – talvez por conta das desvantagens que acompanham o acordo entre três nações distintas, para não dizer nada da demora e publicidade dos procedimentos sob a constituição holandesa – talvez a Inglaterra pudesse permitir a elas em conjunto uma força unificada igual a metade ou mais da sua própria.

60) Um acordo desse tipo não seria desonroso. Se o pacto obrigasse apenas um lado, talvez fosse desonroso. Se diz respeito às duas partes em conjunto, a reciprocidade retira a aspereza. Por força do tratado que pôs fim à primeira guerra púnica, o número de embarcações que os cartagineses poderiam manter foi limitado. Essa condição não foi humilhante? Pode ser: mas se foi, deve ter sido porque não havia nada que lhe correspondesse do lado dos romanos. Que causa pode ter sido a fonte de um tratado que pôs toda a segurança de um lado só? Só pode ter sido uma, qual seja, a confessa superioridade da parte assim protegida sem contestação. Tal condição só pode ter sido uma lei ditada pelo conquistador para a parte conquistada: a lei do mais forte. Ninguém exceto o conquistador poderia tê-la ditado; ninguém exceto o conquistado a teria aceito.

61) Ao contrário, qualquer nação que tome a dianteira de outra para fazer a proposta de reduzir e fixar o contingente de suas forças armadas coroaria a si mesma com honra eterna. O risco seria nulo – o ganho certo. Esse ganho seria dar uma demonstração incontroversa de sua própria disposição para a paz e da disposição oposta da outra nação caso rejeite a proposta.

62) A máxima correção deve ser empregada. A nação destinatária deve ser convidada a considerar e indicar quaisquer seguranças adicionais que considere necessárias e quaisquer concessões adicionais que considere justas.

63) A proposta deve ser feita da maneira mais pública possível – deve ser dirigida de nação para nação. Ao mesmo tempo que cativa a confiança da nação destinatária, isso tornaria impraticável para o governo dessa nação desprezá-la, ou repeli-la através de mudanças e subterfúgios. Ela apelaria ao coração da nação destinatária. Ela revelaria suas intenções e as proclamaria para o mundo.

64) A causa da humanidade tem ainda outro recurso. Caso a Grã-Bretanha se mostre surda e intransigente, deixem a França emancipar suas colônias e dissolver sua marinha sem condições. A vantagem, mesmo nesse plano, seria imensa, o perigo nenhum. As colônias, como já mostrei, são uma fonte de despesa, não de renda – um fardo para o povo, não um alívio. Esse parece ser o caso, mesmo com base naquelas despesas que parecem, à primeira vista, pertencer às colônias e que são as únicas que foram consideradas até agora no seu cálculo. Porém, na verdade toda a despesa com a marinha pertence também a esse cálculo e a nenhum outro. Que outra destinação ela tem? Que outra ela pode ter? Nenhuma. Eliminem-se as colônias e que uso teria uma única embarcação, além das poucas necessárias no Mediterrâneo para refrear os piratas?

⁸ A Sublime Porta era o título dado ao Império Otomano.

65) Em caso de guerra, onde é que, atualmente (1789), a Inglaterra lançaria seu primeiro e único ataque contra a França? Nas colônias. Que sucesso ela almejaria com esse ataque? Nada além de privar a França de suas colônias. Se essas colônias – esses pomos da discórdia – não fossem mais suas, o que poderia fazer a Inglaterra? O que poderia ela desejar fazer?

66) Ainda restaria o território da França. Com que intuito poderia a Grã-Bretanha lançar qualquer forma de ataque sobre ele? Não com o intuito de conquista permanente – tal loucura não pertence ao nosso tempo. Pode-se aventurar a afirmar que o próprio Parlamento não o desejaria (e isso não é prestar-lhe nenhum cumprimento muito extraordinário). Não o desejaria, mesmo se pudesse ser realizado sem esforço de nossa parte, sem resistência da outra. Não o desejaria, mesmo se a própria França o solicitasse. Nenhum parlamento concederia um centavo para tal proposta. Se o fizesse, um tal parlamento não duraria um mês. Nenhum rei emprestaria seu nome a um tal projeto. Ele seria destronado tão certamente e merecidamente quanto Jaime segundo. Dizer “eu serei rei da França” seria dizer, em outras palavras, “serei monarca absoluto na Inglaterra”.

67) Bem, então, ninguém sonharia com a conquista. Qual outro propósito poderia ter uma invasão? A pilhagem e destruição do país. Tal baixeza é totalmente repugnante, não apenas ao espírito da nação, mas ao espírito dos tempos. A malevolência seria o único motivo – nem a voracidade o aconselharia. Muito antes que um exército pudesse chegar em qualquer lugar, tudo que pudesse ser pilhado seria levado embora. Tudo que pudesse ser carregado seria levado muito antes pelos seus donos do que por qualquer exército de saqueadores. Nenhuma expedição de pilhagem poderia se pagar*.

68) Tal é a extrema insensatez, a loucura da guerra: em nenhuma hipótese pode ela ser outra coisa que maligna, especialmente entre nações nas condições de França e Inglaterra. Embora a escolha dos eventos estivesse absolutamente sob seu comando, você não poderia tirar proveito deles. Se mal-sucedido, você poderia se desgraçar e arruinar: se bem-sucedido, mesmo à altura dos seus desejos, você ainda sairia perdendo. Você ainda sairia perdendo, mesmo que isso não lhe custasse nada. Pois nenhuma colônia implantada por você, e menos ainda uma conquista realizada por você, chegaria a pagar suas próprias despesas.

69) As maiores aquisições que podem ser concebidas não devem ser desejadas, mesmo que pudessem ser alcançadas com a maior certeza e sem a menor despesa. Na guerra, temos a mesma probabilidade de não ganhar que de ganhar, e a mesma probabilidade de perder: não podemos almejar uma, nem nos defendermos contra a outra, sem uma certa e enorme despesa.

70) Observem bem o contraste. Todo comércio é vantajoso em sua essência – até para a parte para quem o é menos. Toda guerra é ruínosa em sua essência, e ainda assim os grandes afazeres do governo são amealhar oportunidades de guerrear e pôr estorvos ao comércio.

71) Pergunte a um inglês qual é o grande obstáculo a uma paz segura e sólida e ele terá uma resposta pronta: “é a ambição”, e acrescentará talvez “a perfídia da França”. Como eu gostaria que o principal obstáculo para um plano com essa finalidade fossem as disposições e sentimentos da França! Se fosse só isso, o plano não precisaria esperar muito para ser adotado.

72) Deste projeto visionário, a parte mais visionária é sem dúvida a emancipação das dependências⁹ distantes. O que dirá um inglês quando vir dois ministros franceses* da mais alta reputação, ambos à frente de seus respectivos ministérios, irmanando-se na opinião de que a realização desse evento, e até a sua rápida realização, é inevitável, e um deles não hesitando em declará-la eminentemente desejável.

73) Isso seria apenas trazer os acontecimentos de volta ao ponto em que estavam antes da descoberta da América. Então a Europa não possuía colônias, nem guarnições distantes, nem exércitos permanentes. Não teria tido guerras se não fosse pelo sistema feudal, pela antipatia religiosa, pela fúria da conquista e pelas incertezas da sucessão. Dessas quatro causas, a primeira está, felizmente, extinta em toda parte, a segunda e a terceira em quase toda parte, e em todo caso na França e na Inglaterra, e a última, se já não está extinta, pode sê-lo com grande facilidade.

74) Os sentimentos morais dos homens em termos de moralidade nacional ainda estão tão longe da perfeição que, na escala de estima, a justiça ainda não ganhou a primazia sobre a força. No entanto, esse preconceito pode, de um certo ponto de vista, por acaso, ser mais favorável a esta proposta do que o contrário. A verdade e o objeto deste ensaio impelem-me a dizer aos meus compatriotas que cabe a eles começar a reforma, pois foram eles os maiores pecadores. Mas as mesmas considerações também me levam a dizer-lhes que eles são a mais forte dentre as nações; embora a justiça não esteja do seu lado, a força está; e é a sua força que tem sido a principal causa da sua injustiça. Se a medida da aprovação moral tivesse sido levada à perfeição, tais posições estariam longe de ser populares, a prudência teria aconselhado a mantê-las longe dos olhos e a abrandá-las tanto quanto possível.

75) Humilhação teria sido o efeito produzido por elas sobre aqueles para os quais elas parecessem verdadeiras, e indignação o efeito sobre aqueles para os quais elas parecessem falsas. Porém, como observei, os homens ainda não aprenderam a harmonizar seus sentimentos em uníssono com a voz da moralidade nesses pontos. Eles sentem mais orgulho em serem tidos como fortes do que ressentimento por serem chamados de injustos; ou melhor, a imputação de injustiça parece mais lisonjeira que o contrário, quando unida à consideração da sua causa. Sinto-o em minha própria experiência; mas se eu, apontado como sou como defensor confesso e até agora único em meu próprio país da causa da justiça, fixar para a justiça um valor menor do que é devido, o que posso esperar do comum dos homens?

76) Proposição XIII – Que a manutenção de tal pacificação pode ser consideravelmente facilitada pelo estabelecimento de uma corte judicial comum para a solução das desavenças entre as diversas nações, embora tal corte não deva ser armada com nenhum poder coercitivo.

77) É uma observação de alguém que nenhuma nação deve ceder a outra em qualquer ponto evidente de justiça. Evidente, isto é, aos olhos da nação que julga – e evidente aos olhos da nação obrigada a ceder. O que isso significa? Que nenhuma nação deve desistir de algo que considera

⁹ Mais uma vez destaca-se que tal termo pode ser entendido como colônia, mas optou-se por esta tradução pelo fato do autor apresentar o termo *colonies* em outras partes do texto. Em outras palavras, pode haver alguma diferença sutil de sentido.

direito seu – nenhuma nação deve fazer concessões. Sempre que houver qualquer diferença de opinião entre os negociadores de duas nações, a guerra será a consequência.

78) Enquanto não houver tribunal comum, algo poderá ser dito a seu favor. Ceder a injustiças patentes provoca novas injustiças.

79) Ao estabelecer um tribunal comum, a necessidade de guerra não decorre mais da diferença de opinião. Justa ou injusta, a decisão dos árbitros salvará o crédito, a honra da parte litigante.

80) O arranjo proposto poderá ser intitulado com razão de visionário quando for provado que:

1. ele é do interesse das partes envolvidas;
2. elas já estão cientes desse interesse;
3. a situação na qual ele as colocaria não é nova, nem diferente da situação original da qual elas partiram.

81) Convenções difíceis e complicadas foram firmadas; por exemplo, podemos mencionar:

1. a neutralidade armada;
2. a confederação dos Estados Unidos;
3. a dieta¹⁰ alemã;
4. a liga suíça.

82) Por que a fraternidade européia não poderia subsistir, assim como a dieta alemã e a liga suíça? Estas não têm visões ambiciosas. Que seja; mas também não é o caso daquela?

83) Como podemos então angariar a aprovação do povo e derrubar seus preconceitos?

84) Um objeto principal do plano é efetuar uma redução importante nos tributos do povo. O montante da redução para cada nação deve ser estipulado no tratado. Até mesmo antes da assinatura do mesmo, leis com tal finalidade podem ser preparadas em cada nação e apresentadas a todas as outras, prontas para serem promulgadas, assim que o tratado for ratificado em cada Estado.

85) Por esses meios, a massa do povo, a parte mais sujeita a ser perdida por preconceitos, tão logo fosse notificada da medida, já sentiria o alívio que ela lhe traz. Eles veriam que ela foi calculada para sua vantagem e que não poderia ser calculada para nenhum outro propósito.

86) O consenso de todos os poderes marítimos, exceto a Inglaterra, numa ocasião anterior, provou dois pontos: a razoabilidade da medida e a fraqueza da França em comparação com a Inglaterra. Foi uma medida não de ambição, mas de justiça – uma lei feita em favor da igualdade – uma lei feita em benefício do fraco. Nenhum ponto escuso foi obtido, nem tentou-se obtê-lo

¹⁰ Antigo nome dado à Assembléia Alemã. Sempre que aqui for utilizado o termo dieta terá o sentido de assembléia.
BJJR, Marília, v.1, n.1, p.165-192, Jan./Abr. 2012

com isso. A França ficou satisfeita com isso. Por quê? Porque ela era mais fraca que a Grã-Bretanha. Ela não *poderia* ter outro motivo; em nenhuma outra hipótese o consenso poderia ter qualquer vantagem para ela. A Grã-Bretanha ficou aborrecida com isso. Por quê? Pela razão oposta: ela não poderia ter outra vantagem.

87) Ó, compatriotas! Purguem seus olhos da névoa do preconceito, extirpem de seus corações as *manchas negras* da excessiva inveja, da falsa ambição, do egoísmo e da insolência. Tais operações podem ser dolorosas, mas as recompensas são verdadeiramente gloriosas! Assim como a principal dificuldade, também a principal honra será sua.

88) E se depois ocorrerem guerras? As economias imediatas não deixarão de ser um ganho evidente.

89) Embora a ambição injusta tenha tido, sem dúvida, uma participação excessivamente grande na geração de disposição para a guerra, deve-se reconhecer que a inveja, a inveja sincera e honesta, também teve uma participação não irrelevante. O vulgar preconceito, nutrido pela paixão, aponta o coração como a sede de todas as doenças morais das quais reclama. Mas a sede principal e mais freqüente é realmente a cabeça: é por causa da ignorância e da fraqueza que os homens se desviam do caminho da retidão, mais freqüentemente que por causa do egoísmo e da maldade. Tanto melhor, pois o poder da informação e da razão sobre o erro e a ignorância é muito maior e mais seguro que o poder da exortação e de todos os modos da retórica sobre o egoísmo e a maldade.

90) É porque não sabemos quais motivos fortes outras nações têm para serem justas, quais indicações fortes elas deram da sua disposição de sê-lo e com que freqüência nós mesmos nos desviamos das regras da justiça que presumimos, como uma verdade incontestável, que os princípios da injustiça estão de alguma maneira entrelaçados na essência mesma dos corações dos outros homens.

91) A desconfiança que faz parte do caráter da nação inglesa pode ter sido uma causa dessa inveja. O pavor de ser iludida por outras nações, a idéia de que as mentes estrangeiras são mais hábeis e, por outro lado, os corações estrangeiros são menos honestos que os nossos, sempre foi uma de nossas fraquezas predominantes. Essa desconfiança tem talvez alguma relação com a *mauvaise honte* (maldita vergonha) que foi observada como um traço corrente do nosso comportamento e que faz do discurso público e da exibição pública de todo tipo uma tarefa muito mais intimidadora para nós do que para outros povos.

92) Essa desconfiança pode talvez ser parcialmente explicada pelo fato de vivermos menos em sociedade e de nos acostarmos menos à companhia diversificada do que as pessoas de outras nações.

93) Contudo, a espécie peculiar de desconfiança em questão (o medo de ser iludido por potências estrangeiras) deve referir-se em parte, e talvez principalmente, à inveja e à opinião desabonadora que temos de nossos ministros e homens públicos. Temos inveja deles como nossos superiores, que brigam contra nós na luta perpétua pelo poder; desconfiamos deles por serem nossos compatriotas e do mesmo molde que nós mesmos.

94) A inveja é o vício das mentes estreitas – a confiança, a virtude das mentes abertas. Para convencer-se de que a confiança entre nações não deriva da natureza quando elas possuem ministros de valor, é preciso ler o relato da negociação entre De Wit e Temple, como feito por Hume. Digo por Hume porque, assim como é preciso negociadores como De Wit e Temple para realizar essa negociação de tal maneira, assim também foi preciso um historiador como Hume para fazer jus a ela. Afinal, o historiador vulgar não conhece outra receita para escrever essa parte da história além de descobrir quais são os motivos mais vis e baixos capazes de explicar a conduta dos homens na situação em questão, e então atribuí-la a esses motivos sem cerimônia e sem prova.

95) Temple e De Wit, cuja confiança recíproca era tão exemplar e tão justa, eram dois dos mais sábios e mais honrados homens da Europa. A época que produziu tal virtude foi, no entanto, a época do pretense complô papista e de milhares de outras monstruosidades que hoje não se pode evocar sem horror. Desde então, o mundo teve mais de um século para melhorar em experiência, em reflexão e em virtude. Em todos os outros aspectos sua melhora foi imensa e inquestionável. Será demais esperar que a França e a Inglaterra produzam um Temple e um De Wit? Virtude tão transcendente como a deles não seria necessária, mas homens que, em tempos mais felizes, possam realizar um trabalho como o seu com menor grau de virtude.

96) Tal congresso ou dieta poderia ser constituída por meio do envio de dois deputados de cada potência para o local de reunião; um deles seria o titular e o outro atuaria como substituto ocasional.

97) As sessões de tal congresso ou dieta seriam totalmente públicas.

98) Seu poder consistiria:

1. em relatar sua opinião;
2. em fazer com que essa opinião fosse divulgada nos domínios de cada Estado.

99) Manifestos são de uso comum. Um manifesto é destinado a ser lido pelos súditos do Estado réu, ou por outros Estados, ou ambas as coisas. É um apelo a eles. Solicita a sua opinião. A diferença é que, nesse caso, nenhuma prova é dada, nenhuma opinião se faz conhecida regularmente.

100) O exemplo da Suécia basta para mostrar a influência que se pode esperar que tenham os tratados, atos de nações, sobre os súditos de várias nações, e quanto o recurso em questão merece a qualificação de fraco, e a proposta de empregá-lo e de confiar nele, a de uma proposta visionária.

101) A guerra iniciada pelo rei da Suécia contra a Rússia foi considerada ofensiva pelos seus súditos, ou ao menos por uma parte considerável deles, e portanto contrária à constituição estabelecida por ele com o consentimento dos Estados. Conseqüentemente, uma parte

considerável do exército ou renegou suas comissões ou recusou-se a agir, e a conseqüência foi que o rei foi obrigado a ordenar a retirada militar da fronteira russa e convocar uma dieta.

102) Isso aconteceu sob um governo que se presume freqüentemente, embora não verdadeiramente, ter passado de uma monarquia limitada, ou aristocracia, para uma monarquia despótica. Não houve um ato de qualquer tribunal reconhecido e respeitado para guiar e fixar a opinião do povo. O único documento que eles tinham para basear seu julgamento era um manifesto do inimigo, lavrado nos termos que o ressentimento naturalmente dita, e portanto não dos mais conciliadores – um documento que não era destinado a ser divulgado e cuja circulação, podemos estar bem seguros, foi impedida tanto quanto estava no poder da máxima vigilância do governo impedi-la.

103) Depois de certo tempo, colocar o Estado refratário sob sanção da Europa.

104) Talvez não haja mal nenhum em regular, como último recurso, o contingente a ser fornecido pelos diversos Estados para aplicar os decretos da corte. Mas a necessidade do emprego desse recurso seria, com toda probabilidade humana, suplantada para sempre caso se recorresse a um meio muito mais simples e menos incômodo, que é introduzir no instrumento pelo qual tal corte foi instituída uma cláusula que garanta a liberdade de imprensa em todos os Estados, de forma que a dieta não encontre obstáculos em dar, em cada Estado, aos seus decretos e a todo documento que ela julgue apropriado sancionar com sua assinatura, a circulação mais extensa e ilimitada.

105) Proposição XIV – Que o sigilo do ministério de negócios estrangeiros não deve ser tolerado na Inglaterra, por ser totalmente inútil e igualmente repugnante aos interesses da liberdade e da paz.

106) Não me encarregarei de contestar a existência da regra que lança um véu de sigilo sobre as transações do gabinete¹¹ com potências estrangeiras. Minha objeção é relativa à conveniência dessa regra.

107) Ao ser indagado na Câmara dos Lordes por Lorde Stormont* acerca de artigos secretos, o ministro de negócios estrangeiros recusou-se a responder. Não o culpo. Parece haver consenso que as regras subsistentes proíbem resposta. Elas lançam um véu geral de sigilo sobre as transações do gabinete com potências estrangeiras. Não culpo nenhum homem pela falha das leis. São essas leis que eu culpo como repugnantes ao espírito da constituição e incompatíveis com o bom governo.

108) Assumo de uma só vez a postura mais ousada e mais ampla – apresento duas proposições:

¹¹ Note-se que gabinete (*cabinet* em *inglês*) pode ter o sentido de conselho de ministros que aqui se acredita possuir. Contudo, optou-se por preservar o termo mais próximo do original. Assim, todas as vezes que este termo aparecer, deve-se ter isto em mente.

1. Que em nenhuma negociação e em nenhum período de qualquer negociação as negociações do gabinete deste país sejam mantidas em segredo do público em geral, e muito menos do Parlamento e depois de questionamento feito no Parlamento[†].

2. Que, aconteça o que acontecer com as negociações preliminares, tal sigilo nunca seja mantido com respeito a tratados efetivamente concluídos.

109) Em ambos os casos, para um país como este, tal sigilo é tão prejudicial quanto desnecessário.

110) É prejudicial. Sobre as medidas das quais você não tem conhecimento, você não pode exercer controle. Você não pode obstar medidas executadas sem o seu conhecimento – por mais ruins que sejam para você e por mais fortemente que você as desaprovava se soubesse delas. Das negociações com potências estrangeiras realizadas em tempo de paz, os principais resultados são tratados de aliança, ofensivos ou defensivos, ou tratados de comércio. Entretanto, por um acidente qualquer, tudo pode levar à guerra.

111) Que em novos tratados de comércio não pode existir causa de sigilo é uma proposição que pode dificilmente ser contestada. Mas tais negociações, como todas as outras, podem acabar levando à guerra, e tudo que é relacionado à guerra, dir-se-á, pode vir a requerer sigilo.

112) Porém, regras que admitem que um ministro mergulhe a nação numa guerra contra a vontade dela são essencialmente danosas e inconstitucionais.

113) Admite-se que os ministros não devem ter poder para impor impostos à nação contra a vontade dela. Admite-se que eles não devem ter poder para manter tropas contra a vontade da nação. Contudo, ao mergulhar a nação numa guerra sem seu conhecimento eles fazem ambas as coisas.

114) O Parlamento pode recusar-se a levar adiante uma guerra depois de iniciada. O Parlamento pode destituir e punir o ministro que levou a nação à guerra.

115) Tristes remédios esses; adicione-os e sua eficácia não vale um tostão. Estancar o mal e punir os autores são tristes consolos para o mal da guerra e de nenhum valor como remédios comparados à prevenção. A guerra agressiva é uma questão de escolha; a defensiva, de necessidade. A recusa dos meios de continuar uma guerra é o remédio mais precário, um remédio só no nome. Ora, quando o inimigo está à sua porta, você recusa os materiais para barrá-lo?

116) Antes da agressão, a existência ou não de guerra depende do agressor; uma vez começada, a parte agredida adquire um voto: ela tem sua negativa sobre cada plano para terminar a guerra. O que deve ser feito? Entregar-se sem resistência à mercê de um inimigo exasperado com razão? Isso ou a continuação da guerra é a única escolha que resta. Em que estado de coisas esse remédio pode ter valia? Se você for mal-sucedido, o remédio será inaplicável. Se você for bem-sucedido, ninguém o pedirá.

117) Punição para os autores da guerra, qualquer punição que seja para os adversários pessoais dos ministros não satisfazem uma nação. Isso é auto-evidente; mas o que é mais próximo do propósito e não menos verdadeiro é que, num caso como esse, o medo da punição por essa causa não é obstáculo para eles. Eles estão de posse da maioria no Parlamento, de outra forma não seriam ministros. Que possam ser abandonados por essa maioria não está no catálogo de eventos que pode ser considerado possível. Porém, entre abandoná-los e puni-los há uma vasta diferença. Lorde North foi abandonado na guerra dos Estados Unidos, mas não foi punido por isso. Seu erro de julgamento foi honesto, imaculado por qualquer prática de má fé e apoiado por uma boa maioria no Parlamento. E assim pode ser qualquer outra guerra não política e injusta. Nossa época não é de punir. Se aceitação de suborno, opressão, peculato, fraude, traição e todo crime que pode ser cometido por estadistas pecando contra a consciência não produzem o desejo de punir, que confiança pode ser depositada na punição nos casos em que o mal pode acontecer tão facilmente sem qualquer base para a punição? A humanidade ainda não chegou a esse estágio no curso da civilização. As nações estrangeiras ainda não são consideradas objetos suscetíveis de dano. Temos menos sentimentos pelos cidadãos de outras nações civilizadas que pelos nossos escravos. Há alguns casos em que ministros foram punidos por fazer a paz*, mas não há nenhum em que eles foram sequer questionados por levar a nação à guerra. E se alguma punição tivesse sido aplicada em tal ocasião, não teria sido pelo mal ocasionado à nação estrangeira, mas unicamente pelo mal infligido à sua própria; não pela injustiça, mas apenas pela imprudência.

118) Nunca foi formulada uma regra de que se deve ter qualquer consideração pelas nações estrangeiras; nunca se estipulou que se deve ater-se a algo que dê uma vantagem nas tratativas com nações estrangeiras. Em que base poderia um ministro ser punido por uma guerra, mesmo a mais mal-sucedida, deflagrada por tais meios? “Fiz o melhor para servir-lhes”, diria ele; “quanto pior a medida para a nação estrangeira, mais aumentava meu encargo, portanto mais zelo demonstrei pela sua causa; mas as circunstâncias mostraram-se desfavoráveis”. Devem o zelo e o infortúnio serem erigidos em crimes?

119) Uma guerra injusta da parte de nossa própria nação, por cujos ministros ela é deflagrada, nunca pode ser deflagrada exceto com vistas a alguma vantagem que seria do nosso interesse perseguir¹², não fosse pela injustiça com respeito à nação estrangeira. Como a injustiça e o perigo da retaliação são considerados nulos por todos, a alegação do ministro seria sempre a seguinte: “era o *seu* interesse que eu estava buscando”. E a parte não informada e irrefletida da nação, ou seja, a grande massa da nação, responder-lhe-ia: “sim, era nosso interesse que você estava preservando”. A voz da nação nesses assuntos só pode ser procurada nos jornais. Mas nesses assuntos a linguagem de todos os jornais é uniforme: “Somos sempre nós que estamos certos, sem possibilidade de que seja de outra forma. Contra nós as outras nações não têm direitos. Se, de acordo com as regras do julgar entre indivíduo e indivíduo, estamos certos – estamos certos pelas regras da justiça; senão, estamos certos pelas leis do patriotismo, que é uma virtude mais respeitável que a justiça”. Injustiça, opressão, fraude, mentira, qualquer ato criminoso, qualquer hábito vicioso se manifestado na busca dos interesses individuais, é sublimado em virtude quando manifestado na busca dos interesses nacionais. Peça a qualquer homem que já leu ou ouviu um jornal inglês que declare se este não é o teor constante das idéias que eles comunicam. Neste

¹² Isso é uma ironia de Bentham, porque o autor está, justamente, tentando demonstrar que a guerra não é de interesse de nenhuma nação.

ponto específico, o partido não faz diferença. Por mais hostis que sejam entre si em todos os outros pontos, neste eles só têm uma única voz, só escrevem com a maior harmonia. Tais são as opiniões, e a essas opiniões os fatos são adaptados, como não poderia ser diferente. Quem se envergonharia de distorcer, quando a distorção é uma virtude?

120) Porém, se a voz dos jornais representa apenas uma pequena parte da voz do povo, as informações que eles dão sobre esses assuntos representam a totalidade das informações que o povo recebe.

121) Sendo assim a propensão nacional ao erro nesses pontos, e para o erro no pior lado, o perigo da punição do Parlamento por má conduta desse tipo deve parecer equivalente a quase nada, mesmo aos olhos de um espectador imparcial e indiferente. O que deve ele parecer, então, aos olhos dos próprios ministros, que agem sob a sedução da própria parcialidade e são impelidos pelo fluxo dos negócios? Não, a justificativa que um ministro apresentará a si mesmo em tais ocasiões será invariavelmente esta: “Em primeiro lugar, o que estou fazendo não é errado; em segundo lugar, se fosse, eu não teria nada a temer”.

122) Portanto, no atual sistema sigiloso, os ministros têm todos os estímulos para levá-los à má conduta, mas não têm nenhum obstáculo para afastá-los dela. E que espécie de má conduta? Aquela em comparação com a qual todas as outras são apenas pecadilhos. Deixe um ministro desperdiçar 30.000 ou 40.000 libras em pensões para seus apadrinhados. Deixe-o desviar algumas centenas de milhares para si próprio. O que é isso diante de 50 ou 100 milhões, o custo comum de uma guerra? Observe a consequência. Esse é, dentre todos os outros, o ministério no qual os obstáculos mais sólidos são necessários; ao mesmo tempo, graças às regras de sigilo em todos os ministérios, este é o único no qual não há obstáculo nenhum. Digo, então, que a conclusão está demonstrada. O princípio que lança um véu de sigilo sobre os procedimentos do ministério de negócios estrangeiros do gabinete é pernicioso no mais alto grau, eivado de males superiores a tudo que a mais perfeita falta de qualquer dissimulação poderia produzir.

123) Ainda resta um tipo de noção não explícita que pode apresentar-se como fonte secreta de um argumento para o outro lado. A condição da nação britânica é tal que a paz e a guerra sempre podem ser consideradas, com toda probabilidade humana, em boa medida ao seu alcance. Quando o pior acontece, a paz sempre pode ser obtida por meio de algum sacrifício não essencial. Admito a força do argumento: o que sustento é que ele opera em meu favor. Por quê? Ele depende de duas proposições: a incomparável força deste país e a inutilidade das suas dependências estrangeiras. Admito ambas as coisas. Mas ambas operam como argumentos em meu favor. Sua força coloca-o acima do perigo da surpresa e acima da necessidade de recorrer a ela para defender-se. A inutilidade de suas dependências estrangeiras prova *a fortiori* a inutilidade de travar guerras pela sua proteção e defesa. Se elas não podem ser mantidas sem guerra, vale muito menos a pena mantê-las às custas de guerra. A inutilidade de um gabinete secreto é demonstrada por este curto dilema: para medidas ofensivas, o sigilo do gabinete nunca será necessário para esta nação; para a defesa, ele nunca será necessário para qualquer nação.

124) Minha convicção é que não há nenhum Estado no qual as inconveniências capazes de decorrer da publicidade nesse ministério não seriam grandemente superadas pelas vantagens; quer o Estado seja muito grande ou muito pequeno, quer muito forte ou muito fraco, quer a sua

forma de governo seja pura ou mista, simples ou confederada, monárquica, aristocrática ou democrática. As observações já fornecidas parecem, em todos esses casos, suficientes para garantir a conclusão.

125) Porém, numa nação como a Grã-Bretanha, a segurança da publicidade, a inutilidade do sigilo em todos esses negócios baseiam-se em fundamentos peculiares. Mais forte que quaisquer nações emparelhadas, muito mais forte, claro, do que qualquer uma *isolada*, sua superioridade a destitui de toda pretensa necessidade de provar argumentos por meio de surpresa. A surpresa clandestina é o recurso da patifaria e do medo, da ambição injusta combinada com a fraqueza. Seu poder incomparável isenta-a desta última; seu interesse, caso seus funcionários possam ser convencidos a agir segundo seus interesses evidentes, proibiria a primeira.

126) Tomando o interesse do primeiro funcionário do Estado como distinto e oposto ao da nação, a clandestinidade pode indubitavelmente ser, em certos casos, favorável aos projetos de ladrões e assaltantes dotados de autoridade. Sem tomar as precauções de um ladrão, Frederico o Grande provavelmente não teria tido sucesso na empreitada de roubar a Silésia do seu soberano legítimo. Sem uma vantagem desse tipo, a gangue tríplice talvez não tivesse achado tão fácil conservar o que roubaram da Polônia. Se podem ou não existir ocasiões nas quais, desse ponto de vista, poderia ser do interesse do rei da Grã-Bretanha tornar-se um salteador, é uma questão que deixarei de lado; mas uma proposição à qual não me furtarei é que nunca pode ser do interesse da nação incitá-lo a fazê-lo. Quando aquelas autoridades pecadoras venderam-se a serviço do vil metal, elas não o serviram por nada; o butim foi todo seu. Mas se nós (falo como um membro do corpo da nação) ajudássemos nosso rei a cometer um roubo contra a França, o butim seria só seu. A ele caberia dar nome aos novos lugares, que é o único valor que, nas mãos de um ladrão britânico, esse butim pode ter para qualquer um. O privilégio de pagar pelo cavalo e pistolas é a única coisa que nos caberia. O butim seria empregado em corromper nossos funcionários confidenciais e esse é o montante completo e exato do que ganharíamos com isso.

127) As conquistas feitas pelos neozelandeses fazem algum sentido: enquanto os conquistados fritam, os conquistadores engordam. As conquistas feitas pelas nações polidas da Antiguidade – conquistas feitas pelos gregos e romanos – faziam algum sentido. Terras, bens móveis, habitantes, tudo era encampado. As invasões da França no tempo dos Eduardos e Henriques tinham um objetivo racional. Prisioneiros eram tomados e o país era esfolado para pagar seu resgate. O resgate de um único prisioneiro, o Duque de Orleães, excedeu em um terço a receita nacional da Inglaterra.

128) As conquistas feitas por um déspota moderno do continente ainda fazem algum sentido. Como a nova propriedade é contígua, ela é anexada à sua propriedade anterior; os habitantes, tantos quanto ele julgar conveniente marcar com sua insígnia, vão aumentar seus exércitos; seus recursos, tantos quanto ele julgar conveniente arrancar deles, vão para a sua bolsa.

129) As conquistas feitas pela nação britânica seriam violações do senso comum, se não houvesse uma coisa chamada justiça. Elas são imitações malfeitas de pífios originais, privadas das circunstâncias essenciais. Nada além da cegueira e estupidez comprovadas pode nos instigar a continuar imitando Alexandre e César, os neozelandeses, Catarina e Frederico sem proveito.

130) Se for unicamente o rei que obtém designação para os lugares, pode-se dizer que é uma parte da nação que obtém o benefício de ocupá-los. Que bela loteria! Cinquenta ou cem milhões é o preço dos bilhetes. A aquisição por uns tantos anos de dez ou vinte mil por ano é o valor dos prêmios. Isso se o plano for bem-sucedido, mas e se falhar?

131) Não digo que não exista quem compartilhe a pilhagem: é impossível que o chefe de uma gangue ponha o total da pilhagem no seu próprio bolso. Tudo que afirmo é que o roubo por atacado não é tão lucrativo quanto no varejo: se a gangue toda bater a carteira de estranhos numa determinada quantidade, os líderes baterão a carteira do restante numa quantidade muito maior. Devo ou não ter êxito em persuadir meus compatriotas de que não é do seu interesse serem ladrões?

132) “Oh, mas você está errado!”, brada alguém, “agora não fazemos guerra por conquistas, mas por comércio”. Ainda mais tolo. É um negócio ainda pior que o anterior. Nem que você conquistasse o mundo todo, seria impossível aumentar seu comércio um centavo; seria impossível que você fizesse outra coisa senão diminuí-lo. Quer conquiste pouco ou muito, você paga por isso através de impostos. Mas aquilo que um mercador paga em impostos é aquilo que ele é impossibilitado de adicionar ao capital que ele emprega no comércio. Mesmo que você tivesse dois mundos para comerciar com você, você só poderia comerciar com eles na medida do seu capital e do crédito que você poderia obter em virtude dele. Como isso vale para cada comerciante, vale também para todos os comerciantes. Ache uma falácia neste curto argumento se puder. Mesmo se você obtivesse seu novo direito de comerciar a troco de nada, você não ficaria um centavo mais rico. Se você pagasse por ele com guerra ou preparativos para guerra, aquilo que você pagou por isso seria a perda que você teria.

133) O bom povo da Inglaterra, junto com o direito de autogoverno, conquistou um prodigioso direito de comércio. A revolução trouxe para ele não apenas as bênçãos da segurança e do poder, mas também imensa e repentina riqueza. Ano passou após ano e, para seu espanto infinito, o progresso da riqueza deixou de avançar tão rápido quanto antes. Falta um aspecto da boa fortuna no qual eles nunca pensaram: que, no dia em que suas amarras fossem rompidas, alguma sílfide bondosa poria alguns milhares de libras no bolso de cada homem. Não existe nenhuma lei que me proíba de voar até a Lua. No entanto, não posso chegar lá. Por quê? Porque não tenho asas. Tanto quanto as asas são para voar, o capital é para comerciar.

134) Há duas maneiras de fazer guerra por comércio – forçar nações independentes a deixar você comerciar com elas e conquistar nações, ou partes de nações, para forçá-las a comerciar com você. O primeiro estratagema é aparentemente mais fácil, e sua política mais refinada. O segundo é mais no bom e velho estilo, e o rei cuida do seu próprio negócio e do da nação ao mesmo tempo. Ele fica com a nomeação dos lugares e a nação não tem escolha senão segui-lo, assegurada de que tudo isso é para obter o comércio para eles. Os lugares de que esse bom homem toma posse são fruto meramente da necessidade, e para que eles não precisem mendigar; no que depende dele, ele não terá mais apego por eles do que um bispo recém-vestido pela mitra ou um orador recém-vestido pela cátedra. Ambos esses planos de guerra contribuem igualmente para o aumento do comércio. O que você obtém em ambos os casos é o prazer da guerra.

135) O direito legal de comerciar com parte da América foi conquistado pela França da Grã-Bretanha na última guerra. O que eles ganharam com essa conquista? Eles obtiveram Tobago, a bancarrota e a revolução para seus cinquenta milhões¹³. Os ministros, que para explicar a bancarrota foram forçados a dizer algo sobre a guerra, chamaram-na de nacional: o rei não ganhou nada com ela, mas a nação sim. O que ela ganhou? Um excelente comércio, se houvesse capital para realizá-lo. Com tamanha oportunidade para isso, por que não há mais comércio? É isso que mercadores e fabricantes estão se torturando para entender. A sílfide tão necessária alhures era ainda mais necessária na França, já que, acima e além do seu outro trabalho, havia os cinquenta milhões gastos em pólvora e chumbo para repor.

136) O rei da França, entretanto, por obter Tobago, obteve provavelmente duas ou três mil libras em lugares para doar. Isso é o que ele obteve e é só isso o que todos obtiveram pelos cinquenta milhões da nação. Prossigamos como começamos, lancemos um ataque ousado, tomemos todas as suas embarcações das quais podemos apossar-nos sem declaração de guerra, e quem sabe o que poderemos obter em retorno. Com a vantagem que temos agora sobre eles, cinco vezes o sucesso com que eles estão tão satisfeitos seria apenas uma expectativa moderada. Para cada cinquenta milhões gastos dessa forma, nosso rei obteria em lugares a quantia, não de duas ou três mil libras somente, mas, digamos, de dez, quinze ou vinte mil libras. Tudo isso seria uma glória prodigiosa – e ótimos parágrafos e discursos, ações de graças e odes de parabéns poderiam ser cantados e ditos nessa ocasião – mas, para a economia, eu preferiria muito mais dar ao rei novos lugares pela mesma quantia em casa se, por esse preço, seus ministros nos vendessem a paz.

137) A conclusão é que, como não temos nada a temer de nenhuma outra nação ou nações, nem queremos nada de outras nações, não podemos ter nada a dizer a outras nações, nem a ouvir delas, que não possa ser tão público como qualquer lei. O que é então o véu do sigilo que envolve os procedimentos do gabinete? Um mero manto para a maldade e insensatez, uma dispensa para poupar aos ministros o trabalho de pensar, uma garantia para pregar todo tipo de peças loucas e tolas sem ser visto nem controlado, uma licença para arriscar seus semelhantes no exterior, jogando nossas vidas e fortunas na mesma aposta.

138) O que é então o verdadeiro uso e efeito do sigilo? Que as prerrogativas de lugar possam fornecer sustento para a vaidade mesquinha, que os membros da *circulação* possam ter como se fosse um jornal para si próprios, que (sob o favor do monopólio) a ignorância e a incapacidade possam dar-se ares de sabedoria, que um homem, incapaz de escrever ou falar o que é adequado para ser publicado num jornal, possa empinar o nariz e dizer “não leio jornais” (como se um pai pudesse dizer “não me preocupo com professores”) e que um ministro, a salvo do escrutínio naquela região, possa ter a oportunidade conveniente, quando necessário, de preencher os cargos com títeres obsequiosos ao invés de homens verdadeiros; qualquer coisa serve para criar um ministro cujos escritos possam ser feitos por outrem e cujo dever de falar consista no silêncio.

139) Deve-se admitir o seguinte: mesmo se o sigilo contra a nação é inútil e pernicioso para ela, ele não é inútil e pernicioso com respeito aos seus funcionários. Ele faz parte das benesses do ofício – uma prerrogativa que será avaliada proporcionalmente à insignificância de seus

¹³ Cinquenta milhões são referidos ao montante gasto na conquista de Tobago.

caracteres e à estreiteza de suas visões. Ele serve para papará-los com a idéia de sua própria importância e para ensinar os servidores do povo a olhar com desprezo para os seus senhores.

140) Oh! Mas se tudo que fosse escrito fosse passível de ser tornado público, se fosse publicado, quem trataria com você no exterior? Exatamente as mesmas pessoas que tratam com você atualmente. As negociações, por medo de mal-entendidos, seriam talvez realizadas mais por escrito do que atualmente – e onde estaria o mal? O rei e seus ministros poderiam não receber tais relatos abundantes, sejam verdadeiros ou falsos, dos mexericos de cada corte, ou deveriam pôr em mãos diferentes os mexericos e os negócios sérios. Suponha que seus criados-chefes não estivessem tão minuciosamente familiarizados com as amantes e os bufões dos reis e seus ministros – o que importa isso para você como uma nação que não tem intrigas a fazer, nem assuntos mesquinhos a conjurar?

141) Seria uma tarefa infundável preencher mais páginas com as sombras que poderiam ser invocadas para depois serem dissipadas. Deixo essa tarefa a quem quiser empreendê-la. Desafio os homens de partido – e convido os amantes imparciais de seu país e a humanidade a discutir a questão – a revirar os armazéns da história e da imaginação em busca de casos reais ou possíveis nos quais se possa mostrar que a falta de sigilo, nesse setor de atividade, foi seguida de qualquer prejuízo substancial.

142) Quanto à constituição, como a questão do sigilo do gabinete nunca foi julgada segundo os princípios da constituição, ela nunca recebeu uma decisão. Permitiu-se que os velhos e bons princípios dos Tudors e Stuarts permanecessem inquestionáveis nesse aspecto. A política externa é questão de Estado. Sob Elizabeth e Jaime, nada podia ser investigado, nada podia ser conhecido, tudo era assunto de Estado. Em outros aspectos o véu foi rasgado, mas quanto a esses houve uma espécie de entendimento tácito entre os ministros e o povo.

143) Até agora a guerra foi a paixão nacional: a paz sempre veio muito brevemente, a guerra muito demoradamente. Atar as mãos dos ministros e torná-los permanentemente responsáveis seria privá-los de inúmeras ocasiões de agarrar aquelas vantagens felizes que levam à guerra; seria diminuir a oportunidade do povo de ter sua diversão favorita. Nesses últimos cem anos, os ministros, a bem da verdade, foram geralmente mais relutantes que o povo – o grande objetivo foi mais forçá-los à guerra que mantê-los fora dela. Walpole e Newcastle foram ambos forçados à guerra.

144) Não cabe dúvida que, se somos realmente a favor da guerra e afeiçoados a ela por aquilo que ela é, não podemos fazer nada melhor que deixar as coisas continuarem como estão. Se julgamos a paz melhor do que a guerra, é igualmente certo que nunca é cedo demais para abolir a lei do sigilo.

145) A confusão geral de idéias é tamanha – tamanho o poder da imaginação, tamanha a força do preconceito – que eu verdadeiramente acredito que tal convicção não é incomum. Há muitos cavalheiros de valor, muito certos de suas idéias, que consideram a guerra, se bem-sucedida, como causa de opulência e prosperidade. Com a mesma certeza eles poderiam considerar a perda de uma perna como causa de agilidade.

146) Bem, se não for causa direta de opulência, é indireta; do sucesso da guerra vem, dizem eles, nossa prosperidade, nossa grandeza; daí o respeito que tem por nós as potências estrangeiras, daí a nossa segurança; e quem não sabe quão necessária é a segurança para a opulência?

147) Não; a guerra é, nesse sentido, tão desfavorável à opulência quanto no outro. No modo atual de fazer guerra – um modo do qual nenhum homem tem poder para desviar-se – a segurança é proporcional à opulência. Portanto, no mesmo grau em que a guerra é, em seus efeitos diretos, desfavorável à opulência, ela é também desfavorável à segurança.

148) Respeito é um termo que vou pedir permissão para abandonar. O respeito é um misto de medo e apreço, mas, para constituir a estima, a força não é o instrumento, mas a justiça. O sentimento ao qual realmente se recorre para a segurança é o medo. Logo, respeito quer dizer, na linguagem corrente, medo. Mas, num caso como esse, o medo é muito mais adverso que favorável à segurança. Todos que temem você juntam-se contra você até pensar que são fortes demais para você, e então já não o temem mais. Entrementes, todos eles odeiam você e, juntamente e separadamente, fazem tanto mal a você quanto podem. Você, por sua vez, não fica atrás. Consciente ou não consciente de suas próprias más intenções, você suspeita que as deles são ainda piores. A idéia que eles têm das suas intenções é a mesma. Medidas de mera auto-defesa são naturalmente tomadas como projetos de agressão. As mesmas causas produzem, de ambos os lados, os mesmos efeitos; cada um precipita-se para começar por medo de ser ultrapassado. Nesse estado de coisas, se por acaso houver de algum lado um ministro ou um candidato a ministro com inclinação para a guerra, o pavio está aceso e a mecha pega fogo.

149) Na escola, o garoto mais forte pode talvez estar mais seguro. Dois ou mais garotos não estão sempre de prontidão para juntarem-se contra um. Porém, embora esse fato possa ser comprovado numa escola inglesa, ele não pode ser transplantado para o teatro da Europa.

150) Oh! Mas se seus vizinhos têm realmente medo de você, o seu medo é útil para você de outra maneira: você leva a melhor em todas as disputas. Os pontos que são mais duvidosos eles concedem a você como evidentes. Preste atenção no momento e, volta e meia, você pode ganhar pontos que não admitem dúvida. Este é apenas o antigo conjunto de falácias exibido numa forma mais obscura e que, unicamente por causa de sua obscuridade, pode mostrar-se como novo. A verdade é que, como já foi mostrado, não há nação alguma que tenha qualquer ponto a ganhar em detrimento de qualquer outra. Entre os interesses das nações, não há em nenhuma parte qualquer conflito real; se eles mostram-se repugnantes em algum lugar, é apenas na medida em que são mal compreendidos. O que são esses pontos? Que pontos são esses que, se você pudesse escolher, você desejaria ganhá-los? Foi provado que preferências comerciais não valem nada, que aquisições territoriais distantes valem menos que nada. Quando esses pontos estão fora de questão, existem outros pontos que valham a pena obter por tais meios?

151) Opulência é a palavra que mencionei primeiro: mas opulência não é a palavra que seria escolhida primeiro. A repugnância da conexão entre guerra e opulência é demasiado patente – o termo opulência traz à mente uma idéia simples demais, inteligível demais, precisa demais. Esplendor, grandeza, glória, esses são termos mais apropriados ao propósito. Prove primeiro que a guerra contribui para o esplendor e a grandeza e você poderá convencer a si mesmo que ela contribui para a opulência, porque quando você pensa em esplendor você pensa em opulência.

Mas esplendor, grandeza, glória, todas essas coisas excelentes podem ser produzidas por um sucesso inútil, por uma extensão não lucrativa e debilitante do domínio obtido às custas da opulência; e é assim que você pode conseguir provar a si mesmo que a maneira de fazer um homem correr mais rápido é cortar uma de suas pernas. E é bem verdade que um homem que teve uma perna cortada e o toco cicatrizado pode saltitar mais rápido do que um homem deitado na cama com ambas as pernas quebradas pode andar. E assim você pode provar que a Grã-Bretanha está em melhor condição depois da despesa com uma guerra gloriosa do que se não tivesse havido guerra, pois a França, ou algum outro país, foi deixado por ela em condição ainda pior.

152) Com respeito, portanto, a qualquer benefício a ser derivado na forma de conquista ou comércio – de opulência ou respeito – nenhuma vantagem pode ser colhida pelo emprego do sistema desnecessário, do danoso e inconstitucional da clandestinidade e do sigilo na negociação.

[*] Dois autores originais vieram antes de mim nesta linha, Dean Tucker e o dr. Anderson. O objetivo do primeiro era persuadir o mundo da inutilidade da guerra, e mais particularmente da guerra em curso quando ele escreveu; o objetivo do segundo era mostrar a inutilidade das colônias.

[*] Razões para desistir de Gibraltar:

1. A despesa do estabelecimento militar, isto é, fortificações, guarnições, intendência, serviço de recrutamento, mantimentos.
2. Os meios de corrupção resultantes do preenchimento de cargos.
3. Evitar o risco de guerra com a Espanha, para quem a posse do local é uma perpétua provocação.
4. O preço que pode ser obtido da Espanha pela sua compra.
5. Evitar a eventual despesa de defesa e aprovisionamento do local em caso de guerra.
6. Sua posse é inútil. É dita útil apenas por causa do comércio com o Oriente, mas: 1. Poderíamos realizar esse comércio igualmente bem sem Gibraltar. 2. Se não pudéssemos, não sofreríamos perda alguma. O capital empregado nesse comércio seria igualmente produtivo se empregado em qualquer outro. 3. Supondo que esse seja o mais produtivo de todos os comércios, mesmo assim o que perderíamos ao perder Gibraltar seria igual apenas à diferença entre a porcentagem ganha nesse comércio e a porcentagem ganha no segundo comércio mais produtivo. 4. Afinal, ainda poderíamos fazer como os suecos, dinamarqueses, holandeses e outros, e tal como fazíamos antes de ter a posse de Gibraltar.

Razões para desistir das Índias Orientais:

1. Evitar o risco de guerra.

2. Livrarmo-nos dos meios de corrupção resultantes do preenchimento de cargos civis e militares.
3. Simplificar o governo
4. Livrarmo-nos de inqueritos que consomem o tempo do Parlamento e geram suspeita de injustiça.
5. Prevenir a corrupção da moral dos nativos pelo exemplo de uma bem-sucedida rapacidade.

[†] É na proporção em que vemos as coisas – em que elas são trazidas ao alcance de nossa atenção e observação – que nos importamos com elas. Um ministro que não mataria um homem com suas próprias mãos não se importa em causar a morte de miríades pelas mãos de outros à distância.

[*] Todos os incentivos para ramos particulares do comércio fazem mais mal do que bem.

[†] Precedentes: 1. A convenção de desarmamento entre a França e a Grã-Bretanha de 1787 (é um precedente da própria medida ou estipulação); 2. Código de neutralidade armada (é um precedente do modo de criar a medida e pode servir para refutar a impossibilidade de uma convenção geral entre nações); 3. Um tratado que proibiu a fortificação de Dunquerque.

[*] Isto traz à lembrança as conquistas da guerra de 1755 a 1763. A luta entre preconceito e humanidade surtiu na conduta um resultado verdadeiramente ridículo. O preconceito prescreveu um ataque contra o inimigo em seu próprio território, a humanidade proibiu que se lhe fizesse qualquer mal. Não apenas nada se ganhou com essas expedições, mas o mal feito ao país invadido não foi nem um pouco igual à despesa com a invasão. Quando um japonês rasga suas próprias entranhas, ele tem certeza que o inimigo seguirá seu exemplo. Porém, nesse exemplo, o inglês rasgou suas próprias entranhas para que o francês pudesse sofrer um arranhão. Por que foi feita essa absurdidade? Porque estávamos em guerra, e quando nações estão em guerra algo precisa ser feito, ou pelo menos parecer ser feito, e não havia nada mais a ser feito. A França já estava despojada de todas as suas dependências distantes.

[*] Turgot e Vergennes.

[*] 22 de maio de 1789.

[†] Cabe ao outro lado, pelo menos, apresentar um caso no qual a falta de sigilo pode produzir um mal específico.

[*] A sorte do último ministério da rainha Anne pode ser relacionado em algum grau a esta causa, e devido às circunstâncias particulares de sua condutas eles talvez o tenham merecido. (Ver o relatório do comitê secreto da Câmara dos Comuns do ano de 1715.) O grande crime do Conde de Bute foi fazer a paz. O Conde de Shelburne foi obrigado a renunciar por ter feito a paz. O grande crime de Sir R. Walpole foi manter a paz. A nação estava ficando cansada da paz.

Walpole foi criticado por ter proposto meio milhão em pagamento ao serviço secreto. Seus erros foram retificados, a guerra foi feita e, em um ano, foi gasto com a guerra quatro vezes o que ele havia gasto nos dez anos anteriores.

Recebido em outubro/2011;
Aprovado em dezembro/2011